

DESPROPORÇÃO ACTUAL DO ESFÓRÇO MISSIONÁRIO E DO DOMÍNIO POLÍTICO NO ULTRAMAR PORTUGUÊS

A HERDADE ultramarina, de que Portugal ainda se ufana, é das maiores entre as que enriquecem povos colonizadores. A-pesar-de pequenina e anemiada, a Pátria portuguesa toma lugar logo após a Inglaterra e a França entre as grandes potências coloniais.

É verdade que a Bélgica, potência nova entre as colonizadoras, administra na África Ocidental um território vasto que, em área e talvez em população, excede as várias moléculas do nosso organismo ultramarino somadas.

O Congo Belga, com efeito, tem de superfície 2.700:000 quilómetros quadrados, e as nossas colónias de África, da Ásia e da Oceania apenas dão um total, em quilómetros quadrados, de 2.079:960. E se as populações que nós dominamos dão um conjunto de 10.757:000 almas, há quem atribua ao antigo Estado Livre do Congo 15.000:000, se bem que nos parece que errarão menos aqueles que reduzem aquela população a uns 10 milhões...

Mas, seja como for, a variedade também é riqueza, e não há dúvida de que um povo, que exerce influência sobre terras e povos de três partes do mundo, é um poder de maior peso do que o detentor de um domínio africano, mais ou menos vasto.

As extensões de território e as populações nativas, que a nossa bandeira cobre e que protege, são como segue:

Na África:

Cabo Verde, 3:929 km²,
15:600 habitantes.

Guiné, 36:125 kilom²,
770:000 habitantes.

S. Tomé, 971 kilom²,
54:000 habitantes.

Angola, 1.255:755 km²,
4.500:000 habitantes.

Moçambique, 760:000 k²,
3.500:000 habitantes.

Na Ásia:

Índia, 4:241 kilom²,
570:000 habitantes.

Macau, 10 kilom²,
166:000 habitantes.

Na Oceania:

Timor, 18:928 kilom²,
395:000 habitantes.

E note-se, de passagem (porque as possesões não se medem aos palmos, não mais do que os homens) quão absurdo seria ir dar por contrapeso, a uma cidade, como é Macau, 10 quilómetros quadrados de território no sertão do Congo Belga!

A vastidão enorme e a importância imensa dos domínios de Portugal impõem-se de tal maneira



FEITICEIRA COM SEUS ORNATOS

à atenção da Europa, que não faltam murmurações de invejosos a clamarem que um povo tão pequeno não será capaz de valorizar nunca um império assim.

Da inveja e da murmuração passam muitos ao despeito e à calúnia e atribuem-nos exploração mesquinha das raças inferiores, indigna da humanidade e da Civilização.



MÃE COM O FILHINHO ÀS COSTAS

Da calúnia vil nos desquitamos sem grandes canseiras, porque é fácil pôr a descoberto um mentiroso; haja visto o que o Dr. Oliveira Santos descobriu na esteira do famoso Ross, nosso acusador à Sociedade das Nações: nem Ross tinha

estado em Angola e em Moçambique o tempo que ele apontava no venenoso relatório (como o nosso inquiridor provou com os talões dos bilhetes de passagem do americano) nem as fontes, de que o falsário blasonava, ousaram manter, em documentos assinados por elas e pelo nosso inquiridor oficial, os depoimentos fantásticos que Ross lhes atribuía!

O que seria mais perigoso para o nosso domínio seria o enfraquecimento da nossa acção educativa sobre o indígena. As populações serão de quem as civilizar, não de quem lhes cobrar impostos. Se o Brasil foi nosso e ainda hoje, em plena idade viril e emancipada, é nossa a sua alma, é porque essa alma foi criada por nós, por mão dos nossos missionários, cuja obra de apostolado foi uma das maiores maravilhas do apostolado cristão que a História conhece. Se é nosso ainda o coração da Índia, é porque ali perdurou até aos nossos dias a missionarização portuguesa, com o carácter mais desprendido e mais cristão de que há notícia, porque foi a única em todo o mundo que se resolveu a implantar a Igreja com seu carácter verdadeiramente católico, pela introdução no Clero dos elementos indígenas.

É preciso que o esforço cristão assim orientado perdure nos territórios politicamente ainda nossos, se quisermos merecer a confiança da Providência, que é uma *Providência cristã*, que tem o critério de Cristo, e que acha que só pode «*ser senhor quem se fizer servo*», quem servir para o melhoramento social.

Ora nós temos de reconhecer que, no momento presente, a acção educadora e missionária de Portugal está um pouco abaixo das suas responsabilidades de senhor.

Cabo Verde e S. Tomé estão, missionariamente, quasi ao abandono. A Guiné tem um único padre para aqueles trinta e seis mil quilómetros quadrados. E em Moçambique há 28 missões portuguesas, para uma população de quasi 4 milhões de habitantes; algumas dirigidas pelos Padres Franciscanos, outras, em maior número, entregues a Padres seculares. Em Angola, onde alguns sacerdotes seculares, uns dez, sustentam ainda paróquias e uma boa missão em S. Salvador do Congo, há 25 missões, entre principais e sucursais, dirigidas pelos Padres do Espírito Santo, algumas delas com uma rede de escolas sertanejas. (Só a missão do Bailundo conta umas 170 dessas escolas, e a do Huambo perto

de cem). [Mas lembremo-nos de que em Angola temos a educar, no trabalho e no Evangelho, quasi 5 milhões de nativos!...

Final, evangelização de uma razoável eficiência, só a mantemos na Índia, provida de clero indígena numeroso, e nas missões dependentes da diocese de Macau, que são a cidade chinesa e a colônia de Timor, onde, ao lado dos missionários idos da Metrópole, nos servem os padres formados no seminário diocesano.

O que muito faz sobressair a deficiência actual das nossas missões, nas grandes colônias de Moçambique e Angola, é a concorrência tremenda de evangelização estrangeira protestante.

Só em Moçambique, contam-se umas trezentas missões e escolas, dirigidas por ingleses, americanos, suíços, sustentadas pelas igrejas evangélicas dos respectivos países, e que, não precisando para nada da assistência do nosso Governo, para nada querem tão pouco a sua interferência no ensino que ministram.

Em Angola, a desproporção entre a educação e evangelização portuguesa e a evangelização educativa do protestantismo não é tão flagrante. Se contarmos por missões as nossas escolas, como os protestantes fazem com as dêes, parece até que podemos considerar o esforço missionário português como equilibrando o esforço protestante; mas lembremo-nos de que estamos em nossa casa; de que, portanto, não nos podemos contentar com equilíbrio de influências.

A conclusão que o brio nacional tem de tirar é que urge intensificar a acção apostólica de Portugal. É preciso que os colégios de preparação missionária, postos a funcionar depois dos decretos 6:352 e 8:351, do ministro das Colônias Rodrigues Gaspar, mais assegurados de vida pelo Estatuto das Missões, referendado por João Belo, não caíam em pó ao levantar-se outra vez algum redemoinho de desvairo político, como já lhes aconteceu em 1910, nem se tuberculizem num ambiente de frieza, desinteresse e desamparo, por parte do público patriótico ou crente.

A evangelização dos povos é uma acção por excelência de vida. Não pode ater-se à frígida atmosfera da assistência oficial, não pode ser uma questão de burocracia; tem de acalentá-la a alma do povo.

Dêmos à mais nobre das causas a nossa alma: uns oferecendo a vida sem regateios, sem mira em simples vencimentos e salários; outros cola-



MENINA CASADOIRA

borando com os apóstolos, como solidários da sua obra de amor e de luz.

Só assim a Civilização e Deus, que a governa, nos terão por dignos do império das gentes.

J. ALVES CORREIA.